

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Defensoria Pública do Estado de Goiás, instituída pela Portaria Administrativa nº 097/2017 - GABINETE, conforme a Lei Federal nº 8.666/93, elenca as razões abaixo visando fundamentar a presente Dispensa de Licitação:

CONSIDERANDO o que consta no Processo nº 201710892000647, que vislumbra a contratação por Dispensa de Licitação, fundamentada no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, em razão do pequeno valor da contratação, da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60.

CONSIDERANDO que a proposta encaminhada pela empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, foi a que apresentou o menor valor para fornecimento do objeto pretendido, através dos orçamentos acostados aos autos, visando obter a proposta mais vantajosa e aceitável pela Administração.

CONSIDERANDO a necessidade de proteção patrimonial para o veículo FURGÃO RENAULT KANGOO EXPRESS 1.6, PLACA OGX 7732, pertencente à frota da DPE-GO, bem como o fato de estar sujeito a colisões e acidentes diversos, faz-se necessária a contratação de seguro para cobertura de eventuais sinistros.

CONSIDERANDO que as especificações técnicas encontram-se discriminadas no Termo de Referência e orçamentos acostados aos presentes autos. Informamos, ainda, que haverá termo contratual.

CONSIDERANDO que a presente despesa possui Dotação Orçamentária, conforme classificação da natureza de despesa 3.3.90.39.51, dentro do Programa 2017.12.50.04.122.4001.4001.03, Fonte 100,

RESOLVE,

Com fulcro no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, declarar **Dispensável** a Licitação para contratação da empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº 61.198.164/0001-60, para seguro total do veículo FURGÃO RENAULT KANGOO EXPRESS 1.6, PLACA OGX 7732, pertencente à frota da Defensoria Pública do Estado de Goiás, pelo período de 12 (doze) meses, pelo qual pagar-se-á o valor total de **R\$3.447,54 (três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)**.

Goiânia, 07 de dezembro de 2017.


CAROLINE KENY MACHADO LOPES
Presidente da CPL

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 015/2017, acima declarada, de acordo com as determinações contidas no art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/93 para que surta os efeitos legais, não havendo necessidade de publicação, em razão do pequeno valor.

Goiânia, 07 de dezembro de 2017.


LÚCIA SILVA GOMES MOREIRA
Defensora Pública-Geral do Estado de Goiás